

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO REGIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA

Data: 18 de março de 2019

Local: Portobello Ondina Praia, Av. Oceânica, 2275 - Barra, Salvador - BA

Participação de 67 pessoas entre organizações da sociedade civil, poder público e universidades

Relatório por Luciana Mendonça Rios

SALVADOR- BA



SEMINÁRIO REGIONAL DE

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA

MESA DE ABERTURA



Carlos Eduardo Leite | Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA)

O Seminário é uma iniciativa da Rede ATER Nordeste de Agroecologia que comemora 15 anos de existência. É uma rede de resistência. Esse é um encontro regional Nordeste. Temos aqui também gestores de alguns estados, graças a um processo de cooperação com o FIDA e o Programa Semear Internacional. Esse é um momento de reflexão sobre as políticas públicas de apoio à agroecologia, de como os estados estão fazendo isso. Gestores e sociedade civil num diálogo aberto e transparente para construirmos o fortalecimento dessas políticas.

Quero citar aqui as presenças das organizações da Rede ATER Nordeste de Agroecologia: com Diaconia, Cetra Desenvolvimento, Sustentabilidade, Solidariedade; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac); ASPTA Agricultura Familiar e Agroecologia; Movimento de Organização Comunitária (MOC); Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Caatinga; Esplar.

Pela AABA, temos Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedab); Cáritas Nordeste 3; Associação do Semiárido da Microrregião de Livramento (ASAMIL); Movimento de Organização Comunitária (MOC); Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Bahia).

Representando o Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF), Célia Firmo e as organizações Filhos do Mundo, Slow Food, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Também estão presentes os projetos apoiados pelo FIDA, como o Pró-Semiárido, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Governo da Bahia; Prócase, do Piauí; Viva o Semiárido, do Ceará; Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), de Pernambuco; além do Colegiado dos Territórios (CET). Queremos levar o resultado desse seminário para o Fórum de Secretários de Desenvolvimento Rural do Nordeste.

Fabiana Viterbo | Programa Semear Internacional

Agradecer a presença de cada um dos representantes das organizações da sociedade civil, técnicos apoiados pelos projetos do FIDA, gestores públicos e Carlos Eduardo, que vem construindo com a gente há meses esse diálogo e na preparação deste evento. É extremamente importante tanto para o FIDA quanto para o Semear Internacional poder apoiar e fortalecer esses espaços voltados aos debates de políticas públicas, principalmente, numa temática que estamos sempre sendo demandados como a agroecologia. Gostaríamos de agradecer a colaboração com a Rede ATER e com AABA, na perspectiva que possamos sair daqui com um documento que represente o pensamento e proposições das mais diversas organizações, comunidades e gestores aqui representados. Esperamos ainda que esse documento possa chegar a gestores públicos de todo o Nordeste, para que possamos efetivamente contribuir com a proposição de políticas públicas em apoio à agroecologia.

Marcelo Galassi | Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)

Para nós da ASA, esse tema de debate das políticas públicas é de extrema importância porque a gente entende que falar em democracia, a democracia plena, só se conquista quando se debate o acesso às políticas que promovam direitos das populações mais excluídas. É democratizar o acesso à terra, à água, às sementes, garantir o acesso do povo do campo aos bens naturais necessários. A ASA construiu sua trajetória nessa direção, com acumulação de experiências nos territórios e, depois, num diálogo com o governo brasileiro, ainda com Fernando Henrique Cardoso, mas com mais ênfase nos governos de Lula e Dilma, quando ampliamos essa escala geográfica.

Sensibilizamos o governo brasileiro para mostrar como é importante garantir o acesso a esse bem para a população do campo e, no nosso caso, no Semiárido Brasileiro. Nesse momento de relação difícil com o governo brasileiro, a gente abre diálogo com o governo estadual, principalmente aqui no Nordeste, mesmo entendendo o ajuste fiscal, mas debatendo as prioridades para o povo, independente de se ter recurso ou não. A ASA se coloca nos estados e no diálogo com o FIDA para a transformação da vida de milhares de famílias do Semiárido Brasileiro e da transparência dos recursos públicos. Nos colocamos à disposição para aprofundar o diálogo com os governos e com o FIDA.

Glória Batista | Rede ATER Nordeste de Agroecologia

Para a Rede ATER, é muito importante a gente realizar esse evento. É com muita alegria que a rede tem parceria com o FIDA e o Semear Internacional para realizar esse seminário e, nessa conjuntura, quanto mais a gente constrói perspectiva de parceria e de unidade, mais a gente cria força para enfrentar os retrocessos que estão aí.

Democracia, empoderamento popular e construção de políticas de agroecologia na região Nordeste, no Semiárido e no nosso País. Para gente, esse seminário precisa ser inspiração, mas sem esquecer que as demandas vem do povo. A gente partiu de experiências e referências em agroecologia e que hoje se amplia em escala com o fortalecimento de redes, organizações, diálogo com pesquisa, academia e isso é importante na perspectiva da construção de políticas públicas para agroecologia e convivência com o Semiárido Brasileiro. É valorizar as experiências e os saberes que vem do povo, junto com a ciência. Isso alimenta a construção de um conhecimento novo, coletivo. Para construção de políticas, é importante que a gente tire daqui aprendizados, orientações para que sirvam de instrumentos que dê subsídios para dialogar com gestores públicos. Que tiremos daqui o fruto que venha retroalimentar a política pública para agroecologia.

Luciano Silveira | Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Saudar participantes e presentes. A ANA viveu uma relação vigorosa nos últimos anos com o governo brasileiro e pôde construir a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Um processo extremamente rico, onde mobilizamos a bagagem da sociedade brasileira para construir essa política com o estado brasileiro. Nos deixou muitos ensinamentos. A gente vem percebendo os exemplos nos estados. A política vem se espalhando e mobilizando. Venho parabenizar essa iniciativa. Somos chamados para fortalecer a forma como a sociedade e estado dialoga para construir políticas de transformação. Agroecologia só se constroi no local. Realizamos o IV ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) ano passado. A ANA fez seu evento num espaço público pela democracia e na relação campo e a cidade, com participação intensa da população local. Estamos aqui deixando a carta com orientações importantes deixadas pela ANA e o vídeo que passaremos aqui nessa abertura.

Deputado Estadual Marcelino Galo

Saúdo as entidades que tem toda história de assessoria junto ao povo brasileiro. E, principalmente, nossos companheiros no Nordeste. Nossa prática é de muito tempo. Essa resistência do Nordeste se contrapõe a uma onda do momento político nunca visto. Estamos enfrentando um período da política muito difícil e temos que discutir qualquer coisa a partir dessa realidade. Com corte e repressão. Falar em agroecologia na Bahia, a gente lembra logo de Caê. Não só pelos 15 anos da Rede Ater, mas nesse importante trabalho de referências, onde o povo vive e faz suas práticas.

O papel do parlamento deve ser a partir da vida concreta da sociedade. Tentar transformar em políticas públicas o que tem de importante. E hoje o que temos de positivo no campo da ecologia essa audiência na população hoje que é o interesse na alimentação saudável. Precisamos nos voltar a essa questão da alimentação. Da comida de verdade. Nossa juventude está morrendo, obesa, adoecida. E isso tem a ver com a produção de alimentos. Discutir essa relação ética com o alimento. O que isso significa?

Nesse momento político, precisamos da agroecologia. A política pode ser decreto mas é melhor que seja projeto de lei. Hoje temos uma maioria expressiva no governo e temos condições de aprovar não só o plano estadual, mas precisamos de pressão política. O governo não tem oposição. Quem quer agroecologia está dentro do governo, mas quem quer envenenar a população também está dentro do governo.

Jose Tosato | Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) / Governo da Bahia

O desafio de hoje é muito interessante. Nós precisamos trabalhar o tempo todo na “agroecologização” das políticas públicas, nesse cenário que o deputado acabou de nos lembrar. São muitas dores novas diante desse cenário trágico que estamos vivendo. Temos de estar mais próximos com quem está trabalhando com questão de gênero, juventude, democracia participativa, questões pedagógicas, povos e comunidades, pessoal da saúde.

Nosso desafio é esse e tem gente totalmente insensível, mas por desconhecimento. Precisamos combater os mitos. As pessoas vão imaginando a agroecologia distante do que ela é. Temos desafios diários e permanentes e temos de aumentar nossa sensibilidade para tentar chegar nessas pessoas que ainda estão reticentes. A SDR está aqui com a Bahiater e com a SUAF para se somar.

Leomárcio Araújo da Silva | Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Para nós, enquanto movimento, estamos participando de vários espaços. Estaremos na Plenária da ANA e faço parte da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), da qual temos dúvidas agora enquanto instância, mas os resultados da comissão nesses anos são muito importantes.

Precisamos saber que esse coletivo resultou na construção da política e os resultados que vão para além da política, por entender bem o papel da organização no fortalecimento da agroecologia. São inúmeras experiências, mas a gente provoca nessa perspectiva de que as redes representam a necessidade da organização desse diálogo para somar energia para construção de políticas públicas de agroecologia.

LANÇAMENTO DO VÍDEO DO IV ENA E DA CARTA POLÍTICA

Link do vídeo do IV ANA, lançado no seminário:

<https://youtu.be/Za6JH4B7OPY>

PAINEL | Apresentação de experiências entre sociedade civil e poder público, no campo das Políticas Públicas



- Cetra
- AABA
- ASA Brasil
- Mediação: Ana Dalva / MOC e AABA

Cristina Nascimento | Cetra – Desenvolvimento, Sustentabilidade, Solidariedade

Trago aqui a experiência do Ceará. Infelizmente não temos nenhum representante do governo do estado do Ceará aqui. Falarei do Projeto Paulo Freire, financiado pelo FIDA, com a participação não só do CETRA, mas de organizações da sociedade civil, que passam pelo processo de chamada pública. O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) foi a grande experiência da nossa de assessoria técnica no território.

O que nós temos fortalecido é que é importante ter as políticas de agroecologia e de convivência com o semiárido. No Ceará, iniciamos no primeiro governo o Movimento Ceará Agroecológico. O projeto não está dentro de uma política estadual, mas é uma ação de acompanhamento à família. São 24 mil famílias, 600 comunidades, em 31 municípios. Essas famílias são hoje assessoras por organizações da sociedade civil que fazem parte do campo agroecológico.

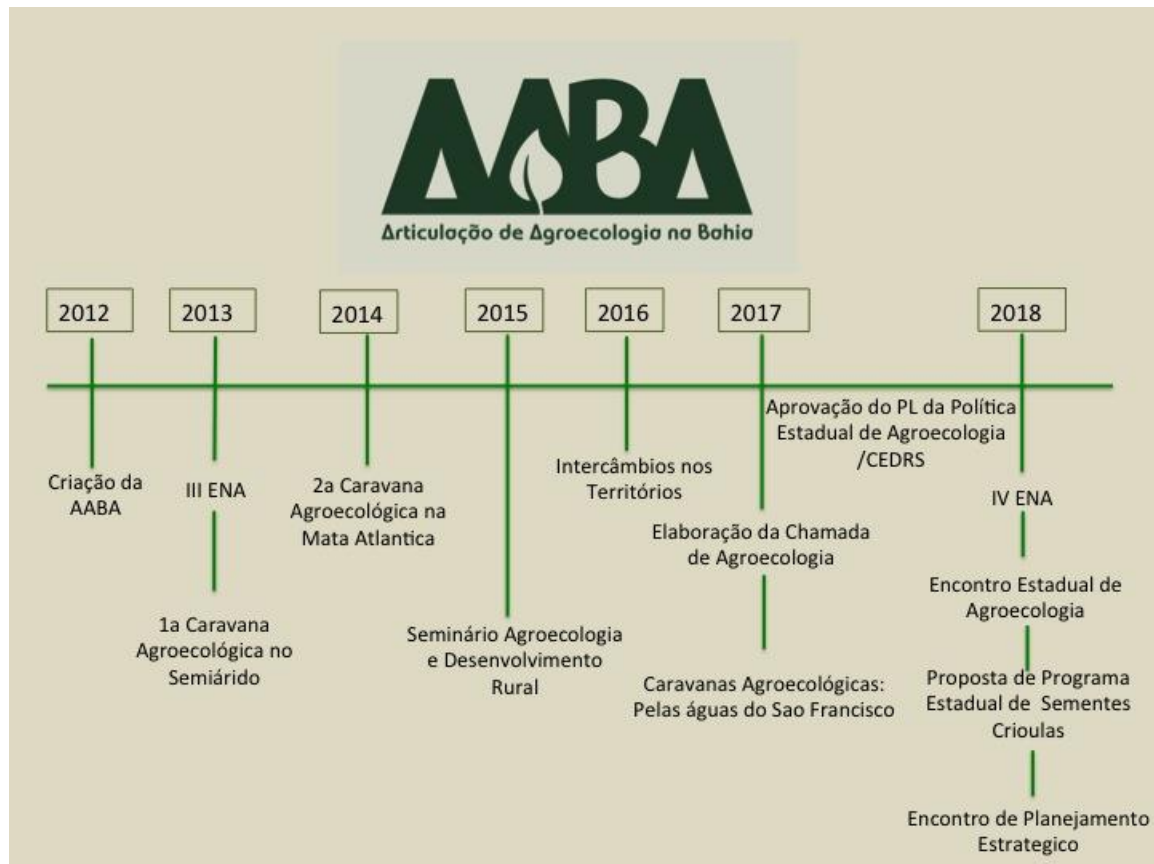
Temos buscado trazer para o projeto nossa construção histórica da abordagem da agroecologia. Como as famílias começam a perceber que elas fazem agroecologia. Mulheres que fazem parte da dinâmica econômica da sua unidade familiar. Nossa primeira entrada é a gente conhecer o território. Que território é esse que a gente está pisando. Que famílias são essas que a gente está assessorando. Conhecer e valorizar os saberes que eles já tem em dinâmica nesse território. As famílias já tem uma dinâmica e experiência. Temos de potencializar e valorizar isso. É nossa primeira porta de entrada.

Fazemos um diagnóstico de quem compõe aquele espaço. Agroecologia é um modo de vida. Muitas já fazem agroecologia e não sabem. Precisamos valorizar esse modo camponês. Não é para ser empreendedor rural, mas fortalecer esse modo de vida com qualidade, com autonomia, com combate a pobreza e, mais do que gerar renda monetária, é trazer essas pessoas para a centralidade da condução de suas vidas. Que a gente possa valorizar as ações individuais e coletivas também que a gente tem buscado identificar.

Sobral é um território importante porque tem uma trajetória de luta e, nesse território, temos feito diálogo entre campo e cidade e sujeitos políticos. Temos estimulado processos coletivos com feiras agroecológicas. Estamos há dois anos com essa ação do Paulo Freire, com quatro feiras agroecológicas. A feira não é só alimentos sem veneno, mas visibiliza as mulheres, as juventudes, as comunidades, o modo de vida. Isso faz com que as pessoas voltem a se encantar com o processo das feiras. Também é uma forma de dialogar com a cidade. É uma estratégia de comunicação com a cidade e com o território. É a partir dos alimentos ofertados e comercializados que algo nos une. Todos queremos comer comida de verdade. Ninguém que comer veneno. Por isso, buscamos estimular esse debate do alimento saudável com o município e o território.

No projeto não estava estabelecida a rede de agricultores, a rede de feiras agroecológicas, mas a gente vai buscando fazer intercâmbio, promover a troca de experiências entre os territórios é muito importante. A gente pode fazer agroecologia sozinho, mas é muito melhor fazer com mais gente. Quando a gente se junta, a gente se fortalece. Realizamos dois encontros territoriais de agroecologia. Saímos na rua para que a cidade saiba que estamos ali, o que estamos fazendo. Fizemos um encontro estadual de agroecologia e fizemos o “banquete”, também pela volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), mas como reafirmação da agroecologia, que, para nós, a forma de alimentar o mundo é fortalecendo a agroecologia.

Esse projeto não é uma simples passada no território. Tem a capacidade de provocar a mudança de vida dos agricultores. Ontem uma agricultora que já compartilhava nas redes sociais sua criação de galinha caipira e, sempre que ia pra feira, postava fotos dos ovos. Ela começou a participar das dinâmicas e dos debates e ontem ela postou não só os ovos, mas uma diversidade de produtos. A legenda era “tudo fruto do meu quintal agroecológico”. Isso mostra a mudança do olhar e a valorização de seus próprios produtos.



O surgimento da AABA se dá em 2012, a partir de uma demanda crescente da representação da agroecologia nos diferentes biomas. A gente precisou dar uma importância à criação da articulação nos diferentes biomas. Essa é a característica que nos move. Agroecologia é prática, ciência e movimento. Hoje é estudada na academia. Tem pesquisadores fazendo isso. Tem o primeiro doutorado, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). A gente teve uma conquista importante nos movimentos sociais. Conseguimos constituir uma estrutura de governo, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), mas as políticas públicas não responderam tanto até hoje. Beneficiou 700 mil famílias que estavam excluídas por muitos anos, mas o enfoque agroecológico ainda é uma dificuldade de colocar na prática do governo. O foco ainda é a valorização do empreendimento, que também é importante, mas a gente percebe que ainda tem um grau, uma certa visão desenvolvimentista na visão do estado.

Construímos as caravanas agroecológicas porque a proposta da AABA sempre foi horizontalizar as experiências como forma de valorizar a construção do conhecimento agroecológico. Vimos as caravanas como a força nos territórios que precisamos ter para mostrar a valorização da agroecologia. Depois precisamos mostrar essa construção para o estado e realizamos um seminário de agroecologia e desenvolvimento rural. Fizemos um debate de conceituação estratégica para saber como podemos avançar no debate de

políticas públicas e ainda estamos num empasse de como o poder público se apropria desse conceito. O governo não consegue entender a concepção e mudar o paradigma do desenvolvimento rural. Repensar os saberes de como a gente se relaciona com os agroecossistemas nos espaços urbanos e rurais em nosso estado.

Começamos a ver alguns caminhos. Um caminho que avançamos bastante foi na política de ATER no estado. Em 2012 e 2013, houveram as primeiras chamadas públicas do estado, ATER Sustentabilidade e Povos e Comunidades Tradicionais. Fizemos uma oficina, em 2015, com a Bahiater e Suaf (Superintendência da Agricultura Familiar) sobre os aprendizados que tivemos na política do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e as chamadas já são uma expressão disso, mas, na prática, elas tem uma perspectiva ainda muito difusionista da ATER.

Carecemos nos estados de um sistema de monitoramento capaz de analisar os impactos de suas próprias políticas e a gente precisa construir nas políticas de agroecologia um sistema de monitoramento mínimo para avaliar os impactos dessas políticas. A gente executa com pouca avaliação de impacto. O próprio FIDA pauta o governo da necessidade de criar avaliações de impacto. Melhorou a qualidade de vida das pessoas? As famílias estão se capitalizando? Como estão no acesso aos mercados? Precisamos trazer para agenda ações de incidência política que possam nos fortalecer enquanto rede junto a outras redes.

O Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) é a principal articulação com o governo do estado. Mas como podemos pautar agroecologia? Não é uma nota técnica que o governo vai fazer entender o que é agroecologia para encaminhar um projeto de lei. Os governos tem a impressão que a agroecologia é só perfumaria para o desenvolvimento rural, mas se trata de mexer com os paradigmas do desenvolvimento. Na ATER, avançamos em termos de estratégica na construção de um programa de sementes crioulas. Aponta para uma das ações da política que são basilares, que são as sementes. Vamos criando alguns programas de governo que vão assentando a política enquanto ela não é aprovada.

O Projeto Pró-Semiárido atinge 32 municípios, somando um total de 70 mil famílias. Nesse projeto os Setafs (Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar) acompanham diretamente a execução nos territórios. Tem melhor acompanhamento entre ações do governo porque estão em campo. Conseguimos aprovar a política de convivência com o semiárido. Primeira vez que temos sociedade civil operando os programas do estado com o FIDA. Temos núcleos de estudos em agroecologia em que os técnicos aprofundam seus conhecimentos e faremos agora capacitação e implementação do Lume, metodologia de monitoramento e avaliação de impacto, junto com a ASPTA Agricultura Familiar e Agroecologia e a ANA. Faremos um trabalho de um ano para entender os empreendimentos econômicos e ecológicos. Às vezes não temos a política estruturada, mas, aos poucos, temos de um conjunto de organizações implementando ações e absorvendo dentro de suas práticas a concepção agroecológica, é o Pró-Semiárido incorporando a agroecologia como concepção do programa.

Temos como desafio na AABA ainda o diálogo que temos feito com o campo do ensino e pesquisa através dos núcleos de agroecologia da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco) e Embrapa. Não temos uma instância de ensino e construção do conhecimento no campo da agroecologia. A Bahia avançou nisso no caso da EBDA quando virou Bahiater. Mas precisa avançar nisso, no campo da pesquisa.

Conseguimos construir uma ação mais horizontal nos territórios, com as trocas de experiências, e fizemos um momento histórico no ano passado com o nosso segundo encontro estadual de agroecologia, num diálogo com os movimentos sociais e entre os biomas, com povos tradicionais, indígenas e comunidades de fundos de pasto. Foram 15 encontros territoriais preparatórios e depois o estadual, todos que convergiram no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA). Tivemos um apoio importante da SDR nesse processo e na ida para o ENA. Nossa Chamada (pública) de Agroecologia foi concretizada em outubro do ano passado mas estamos há 7 meses sem começar a chamada. Esperamos que o governo comece. Essa articulação com outros movimentos e redes tem nos ajudados a pautar temas não só voltados para agroecologia.

Alexandre Pires | ASA Brasil

O diálogo entre organização da sociedade civil e poder público vem se tornando cada vez mais importante, considerando, principalmente, o momento que a gente vive. Qualquer avanço que a gente vê em sociedades mundiais, para um estado ser de fato moderno, tem de considerar o diálogo com a sociedade civil. Ao longo de nossa trajetória histórica foram criadas certas fissuras entre estado e sociedade e durante muito tempo a gente ficou num grau de disputas pela garantia do direito à participação, que é obrigação do estado. Garantir a participação dos povos na decisão do destino de suas vidas e de seus territórios, no processo de redemocratização do Brasil e da constituição de 88, foi trazendo a visão e o reconhecimento da participação como direito constitucional.

Tem várias experiências que mostram que, quando os governos que são os guardiões do estado, buscam dialogar com a sociedade civil há frutos valorosos na mudança na vida das pessoas. Para gente poder pensar na construção de qualquer política é preciso que se tenha um ambiente político em que a democracia seja plena garantindo um dos pilares da democracia que é a participação.

Quando olhamos o semiárido brasileiro, a gente tem um processo histórico. Sempre tivemos o estado sozinho definindo para onde iriam e como seria a região semiárida brasileira. Nesse sentido temos o DNOCS e a SUDENE, que traziam elementos que aportavam visão de desenvolvimento e para onde iria o estado brasileiro e estavam focados no combate a seca sempre numa lógica que o desenvolvimento econômico que deveria ser construído nessa região e que alavancaria toda mudança de estrutura social e econômica. No que pese o início do século XX, Raquel de Queiroz traz no romance *O Quinze* e nos faz entender qual a estrutura do estado para o povo do semiárido que era levar o povo de uma região sem água para uma região com água. E aí vem o movimento de transportar o povo para outras regiões do Nordeste e Sudeste. Essa visão hegemônizou a visão do estado sobre como deveriam conduzir as políticas para o semiárido. A lógica de desenvolvimento econômico do estado era uma, mas havia outra visão também a partir da liga camponesa, a partir de outra perspectiva. As ligas camponesas de resistência do campo.

Para pensar políticas e preciso ter ambiente favorável e, no início dos anos 2000, começamos a viver um ambiente mais favorável que nos fizesse pensar e participar da elaboração e implementação de políticas em espaços de concertação com o estado para pensar o semiárido numa outra perspectiva. A participação é uma decisão política. Os governos precisam reconhecer a importância da participação e favorecer o diálogo. Para ASA, foi importante e definidor a constituição do CONSEA, em 2003, que agora, em 2019, foi

extinto. Foi fundamental para pensar as políticas públicas de convivência com o semiárido, a partir da concepção da soberania e segurança alimentar.

Esse espaço não foi necessariamente um espaço tranquilo. Sempre é de disputa porque mesmo com abertura do estado, os olhares, as falas, os sentidos de desenvolvimento são a partir de visões diferentes e isso alimenta também a perspectiva de uma democracia, de disputar ideia. Argumentar num ambiente possível que permite fazer a disputa de ideias.

Nesse processo do Consea, em 2003, pela primeira vez, o orçamento da União garante recurso para o Programa 1 milhão de cisternas e faz com que a ASA faça a gestão e controle social de políticas públicas nos territórios onde os programas iriam se desenvolver. Hoje temos quase 1 milhão e 100 mil cisternas de consumo humano. 200 mil de tecnologia de água para produção de alimentos, 6.200 cisternas em escolas rurais, mais de 800 bancos de sementes crioulas espalhados pelo semiárido, mais de 100 milhões de pessoas asseguradas na perspectiva da autonomia, entendendo o acesso à água para a família e criação de animais com autonomia das famílias.

A gente entende que esse ambiente democrático dos estados, em diálogo com a sociedade, permite que a gente construa algo que dialoga com o povo. O ambiente nos tem mostrado que é possível construir algo em diálogo, a partir das realidades que as pessoas vivem. Mostra que esse fosso entre sociedade e estado pode ser rompido quando a gente tem abertura para construir junto. A PNAPO (política nacional de agroecologia) também tem impacto bastante positivo na vida das pessoas. Promove a agroecologia mais próxima da realidade das pessoas. Esses são exemplos importantes para reafirmar esse nosso lugar de participação. De mobilização conjunta. Estamos numa crise de financiamento de nossa existência. As cooperações migraram para outras esferas geográficas e tivemos abertura política com recursos públicos. Agora, com essa mudança política, temos um desafio que está posto para os estados. Como podem apoiar a sociedade civil para que, de forma autônoma possam dar sua participação. Acho que o FIDA também precisa olhar essa condição que vivemos e ver como, junto aos governos estaduais, pode apoiar e garantir a participação da sociedade civil.

DEBATE

Mateus Lima | MOC : A mesa trouxe um grande desafio para o campo da agroecologia, mas quero complementar com outro desafio que é o da comunicação, de como a gente se comunica para fora. Ontem, o globo rural mostrou o contrário do que busca a agroecologia, que vem resgatar ancestralidade. Mostrou um grande conflito em áreas demarcadas de indígenas, com o avanço do agronegócio. Como a gente busca agroecologia embasados nos indígenas, nas áreas de preservação e essas áreas que podiam ser nicho de resistência, os indígenas plantando transgênicos, falando que não podem ficar à parte do sistema “moderno”. Isso porque o agronegócio está na mídia. Uma das grandes disputas é a disputa pela mídia. Aqui na Bahia a gente uma preocupação e colocamos na Chamada um comunicador popular. A ideia é criar uma rede de comunicadores entre essas entidades que disputaram a chamada pública. Precisamos disputar o espaço da mídia e mostrar que agroecologia não é atraso.

José Tosato | SDR: Quero chamar atenção para essa questão dos índios que estão usando transgênicos, mas essa é uma exceção absoluta. Grande parte dos territórios indígenas são o

oposto disso. Lamentamos, mas não é a regra. O principal desafio entre estado e sociedade civil é aumentar a visibilidade. Damos muito pouca visibilidade às ações. Grande parte da população não compreende o quanto é rico e dinâmico o processo das feiras, por exemplo. Precisamos aumentar a visibilidade sobre isso. O Conselho Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável aprovou o projeto de lei da PL de Agroecologia na Bahia. A gente precisa fortalecer essas câmaras técnicas. Está aberto o convite ao mapeamento das experiências de sementes e feiras agroecológicas. Fizemos três versões de editais de pesquisa e extensão com a FAPESB e criamos expectativa de que seriam lançados antes das eleições e, na hora, não teve o recurso. A FAPES e o estado estão vivendo uma crise. A arrecadação caiu. Muitos dos nossos sonhos não foram realizados por conta dessa redução. O edital obrigada construir uma relação com escolas profissionais, relação com organizações da agricultura familiar. No segundo, tinha de ter trabalho de extensão, trabalho com a juventude. Temos de avançar nisso. Está aprovado pelo Banco Mundial um edital voltado para associações e cooperativas, um edital do projeto Bahia Produtiva, faz dois anos, voltado para produção de base agroecológica, produtos da sociobiodiversidade, recuperação de áreas degradadas e turismo de base comunitário para 15 territórios. São 75 projetos, 22 milhões e meio de reais. Isso é fruto das demandas, pressões, reivindicações, termos recursos específicos para isso.

Tiago Costa | IRPAA: Estamos bem energizados pelo encontro da Rede Ater NE e, em nome do IRPAA, não queria perder a oportunidade de afirmar que o debate da agroecologia se confunde com o debate da convivência com o semiárido. Ao longo dessas três décadas viemos com muita resistência construindo o que é convivência com o semiárido, de organização prática, de implementação de ações à consolidação da convivência como política pública. Temos a lei estadual. Temos um laboratório prático que é o programa pró-semiárido. Está na região mais crítica, mas ao longo desses três anos, vamos tentando trazer construções novas que reafirme reuso de água, segurança alimentar, criação de pequenos animais que se adaptam melhor aos locais, construindo processos de dignidade, renda e processos de justiça social.

Célia Firmo | MOC | FBAF: Articulação do campo é algo que precisamos pensar para além da Bahia. Fazer o exercício no Nordeste de construir um espaço onde a gente articule a ASA, Rede ATER, Rede de Mulheres do Nordeste é o caminho. Os governadores do nordeste deram esse passo e sociedade civil precisa também dar esse passo para construir nosso processo de resistência. Como vamos pensar nesse período de escassez de orçamento de políticas públicas? Como criamos saídas criativas para que as instituições possam sobreviver e continuar sua travessia? Se a gente não tiver esse cuidado as instituições vão se matar para acessar os recursos e, nessa corrida, os mais fortes vão conseguir sobreviver e outro morre. E todo esse debate da agroecologia, feminismo, convivência com o semiárido vão por terra. Nem todos conseguem concorrer de forma igual. Tem instituições concorrendo editais em outros estados que nunca atuaram, pela visão financeira. Precisamos debater isso aí. As redes precisam debater esse ponto. Não é algo fácil, mas precisamos enfrentar. Nessa construção das políticas públicas acrescentaria na linha do tempo da AABA, o que fizemos na Bahia em 2018 que foi a incidência na questão eleitoral. Reunimos lideranças, ASA, AABA e FBAF, para debater nossa participação política e eleitoreira e realizamos debates em 18 territórios com deputados. Isso nos deu aval para cobrar deles depois das eleições. As políticas precisam ser construídas com outro olhar porque conversamos com os deputados, mas os técnicos que realizam.

Luciano Silveira | ASPTA | ANA: Prazer de ouvir a evolução das políticas na Bahia, que é o estado mais conseguiu capitalizar o que construímos a nível federal ainda mais nesse momento de desmonte das políticas federais. Temos o desafio de nos mobilizar para que experiências como da Bahia possam exercer influência em outros estados e a iniciativa do FIDA e do Fórum de Secretários é um lugar de investimento também da sociedade. Tem outros secretários abertos. Precisamos investir nisso. Semana passada fizemos encontro de sementes do semiárido e contamos com gestores públicos e o encontro mostrou potencial que temos para avançar na construção de política de valorização de sementes. A ASA tem muito a dar nesse plano. Podemos avançar nesse tema e, por último, torcer para que esse edital do Fundo de Amparo à Pesquisa, nesse novo mandato, seja viabilizado. São esses instrumentos que podem inspirar os demais estados. Estamos num momento de fazer avançar nos estados a visão de que as políticas de agroecologia são essenciais .

CONSIDERAÇÕES DA MESA

Carlos Eduardo: Nosso aprendizado na Bahia se deu através da construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no estado. Foi o grande balizador da participação e construção de políticas públicas. Foi a política de maior participação na sua gestão. Temos um plano que mobilizou quase dois milhões de reais em torno de Política de SAN. Tiramos dois milhões de pessoas da situação de insegurança alimentar, mas já temos quase um milhão de pessoas voltando para essa condição, o que mostra também a fragilidade das políticas. Como enfrentar cenário dramático de volta à pobreza com a vontade de fazer políticas afirmativas e com orçamentos fiscais reduzidos. Mas estamos com a proposta de criar um fundo socioambiental criado com as multas ambientais dos grandes projetos.

Cristina: reitero a importância desse debate de hoje para construir diálogo e troca de experiências, mas que a gente se fortaleça na incidência política nos estados e de nosso fortalecimento a partir das nossas experiências. A questão da comunicação e o caso do agronegócio na questão dos índios é um caso isolado, mas tem que nos chamar atenção. Temos que disputar na sociedade porque a agroecologia não é só prática, é modelo de desenvolvimento. É disputa na sociedade como um todo. Como tem sido uma campanha permanente na televisão do agronegócio, eles se apropriaram para dizer que tudo é pop, que tudo é agronegócio. Precisamos da comunicação para mostrar nossa resistência e que a agroecologia é a saída para os territórios. Precisamos evidenciar essas experiências da Bahia pela pauta das chamadas de agroecologia, chamada específica para mulheres, mas é um conjunto de ações que temos de valorizar e mostrar em outros estados para fazer esse intercâmbio com a Bahia. Muita coisa precisa de concertação, mas precisamos valorizar a liderança da Bahia esse processo.

Alexandre: a importância do fórum dos secretários e esse apoio que o FIDA dá ao fórum é um embrião do que podemos gerar à nível regional, à nível de chefes do executivo, de fazer esse espaço com mais articulação. Pernambuco tem o “título” de leão do norte e a gente brinca dizendo que o leão está com a juba murcha e o rabo entre as pernas. Estamos muito aquém dos estados na Bahia, Piauí, Paraíba, Ceará, na perspectiva das políticas de agroecologia e convivência com o semiárido e do diálogo com a sociedade. Esse é um desafio para gente enorme. Nessa perspectiva, da comunicação, queria trazer um elemento, que é importância de como a gente visibiliza. A política de convivência com o semiárido não surgiu dos técnicos e das associações ou do governo. A ASA mergulhou nos seus territórios e compreendeu como os agricultores vivem. Temos o semiárido mais populoso do mundo,

porque as pessoas vivem aqui? Tem um motivo. E esse mergulho na vida do povo fez a ASA perceber quais as estratégias de conviver com o semiárido.

Sistematizar essas práticas e alçá-las a um ponto de diálogo com o estado tem a ver com tirar da invisibilidade esses saberes. Olhar para as experiências concretas dos agricultores. Essa forma de se comunicar fala muito mais do povo do que o que sai de nossas cabeças. Há uns oito anos estava em Araripina, Sertão de Pernambuco, e uma agricultora disse que tinha com 52 anos e receber uma cisterna transformou sua vida. Imagina se ela tivesse recebido com 25? Não podemos esperar. Temos de agir rápido porque a vida do povo está passando e temos de apoiar o povo no que ele tem direito.

PAINEL II | Apresentação preliminar da Pesquisa “Construção das Políticas Públicas para Agroecologia e Produção Orgânica nos Estados Federados do Brasil”.

Prof. Mário Ávila (UNB)



Abaixo apresentação da pesquisa em Power Point:

Pesquisa sobre construção das políticas públicas para agroecologia nos estados federados do Brasil

Acúmulos

Pesquisa RED PP-AL – estudo comparado AE na AL

Livro:

UnB x IPEA x Embrapa – Avaliação da PNAPO

Livro:

Objetivo

Analisar os processos de construção, institucionalização e implementação das políticas públicas para a agroecologia em vários Estados Federados para identificar, avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas e interações entre atores públicos e sociedade civil.

Problemática geral do estudo

Perguntas iniciais

- Existe uma articulação/complementariedade/subsidiariedade entre os níveis local/territorial, Estadual e Federal?
- Será que o nível estadual tenta substituir o nível Federal em função de rupturas Políticas de AF, MDS e PNAPO de 2014 a 2017 ?

Hipóteses iniciais

- Diversos atores da ação pública adaptam / constroem instrumentos e programas a partir da base
- Influência da trajetória específica do M Social da AE e PO, levando a dinâmicas diferenciadas nas políticas segundo os estados

Metodologia e desafios

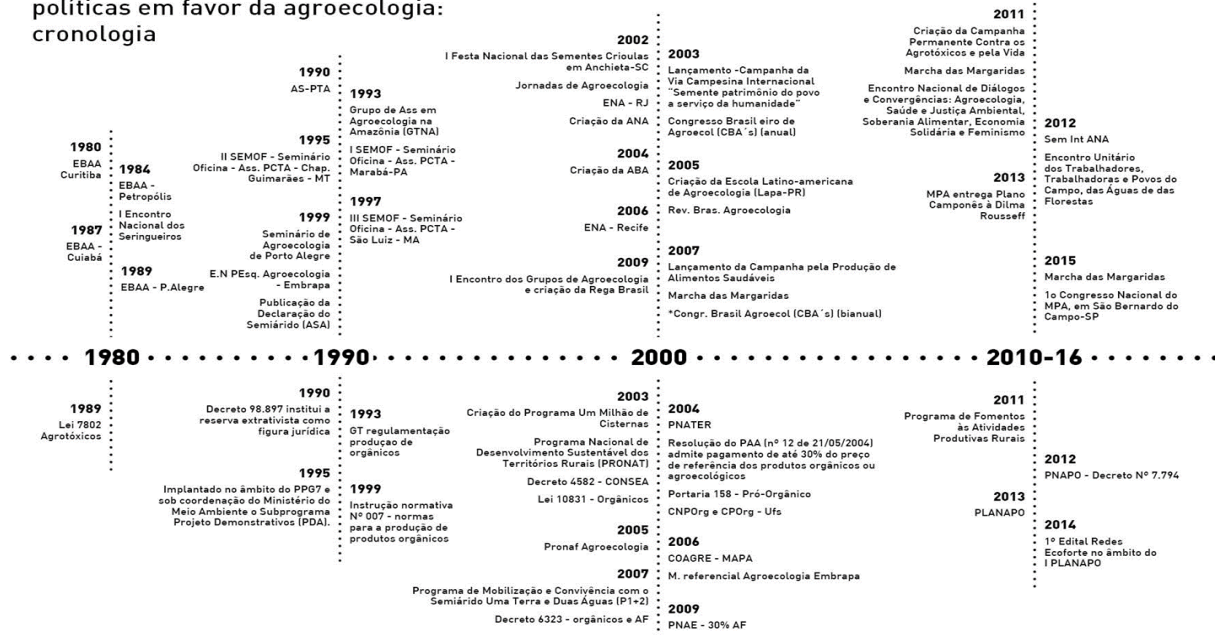
Aplicação a 3, logo 5 e finalmente 11 estados: AM, BA, DF, MA, MG, PA, PR, RJ, RS, SE, SP + cidade São Paulo

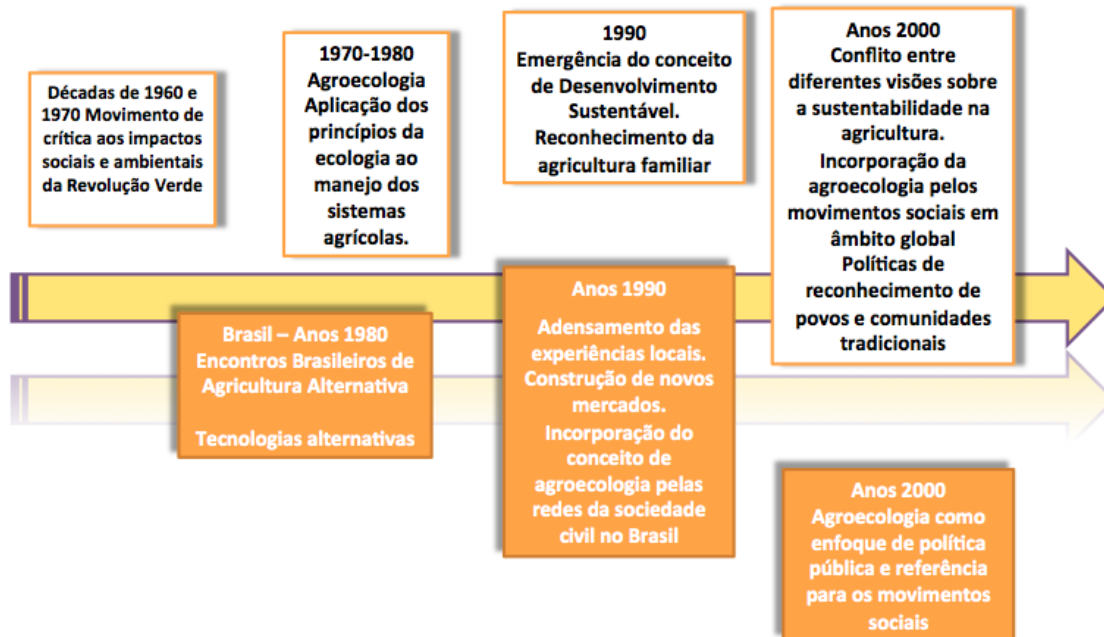
Novos desafios

- Análise transversal, comparativa ?
- Análise mais problematizada
 - Por grandes questões/blocos
 - Apoiando-se no enfoque de análise da ação pública (Lascoumes e Le Gales, 2007)

LINHA DO TEMPO

A experiência brasileira de construção de políticas em favor da agroecologia: cronologia





REDE PTA, ONGs e Universidades

Grupos Agricultura Ecológica nas IES → Quadro de profissionais de ONGs

Referenciais: Ana Primavesi, Adilson Pascoal, Sebastião Pinheiro, Jose Lutzenberger, et al.

CLADES – Consórcio Latino-americano sobre Agroecologia e Desenvolvimento --- >

Tradução do livro "Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável"

Movimentos agrários e sindicalismo rural

1990 – Temática de lutas eram:

- acesso a fatores de produção

- exclusão do AF do crédito

- acesso à mercados

2000 – MST – Agroecologia como linha política de ação

Jornadas de Agroecologia

Escolas de formação

PAPEL DOS ENAs e ANA

ENCONTROS NACIONAIS DE AGROECOLOGIA (ENA)

2002/ 2006/ 2014

Debate sobre a ecologização dos modelos produtivos, estratégias e políticas de desenvolvimento rural

Protagonistas: movimentos e organizações sociais, acadêmicos, gestores públicos e produtores

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA) (2002)

Movimento Rede que lidera os ENAs
Expressão da coesão social em torno do tema
Esforços pela ampliação do debate para outros espaços – FBES, ABRASCO, FBSSAN, AMB

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
2004

Associação Científica

Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBAs) (desde 2003)

Revista Brasileira de Agroecologia (desde 2006)

Cadernos de Agroecologia – anais dos CBAs – (desde 2006)

AGROECOLOGIA:

DO CAMPO E DA PRÁTICA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Espaço político e institucional aberto pela agricultura familiar

3 gerações de políticas – articulação e aproximação de temas

1ª geração: Políticas agrícolas e agrárias – evidenciar a AF

2ª geração: foco na vulnerabilidade social e nutricional de AFs

3ª geração: construção de mercados, seguridade/soberania alimentar e sustentabilidade ambiental

AGROECOLOGIA

DO CAMPO E DA PRÁTICA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Inicialmente (1990) programas ambientais/sustentáveis (PPG7 e PDA) não alcançaram as PP de AF
- PRONAF (1995) como instrumento de inclusão de AF no agronegócio
- PRONAF alternativo (2002/03): Infraestrutura, pronafinho, semiárido, florestal, agroecologia, eco, sistêmico → baixo acesso / dificuldades de ATER e bancos em operar.

AGROECOLOGIA

DO CAMPO E DA PRÁTICA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- 2003 – estratégias de desenhos institucionais de PP com SC ativa
- SAN / Fome Zero
- Conselhos e Conferências - CONSEA/CONDRAF
- SDT/PROINF – recorte territorial para PP
- DATER migra para MDA/SAF
- P&D para ATER e AE

OEPA's – Organizações estaduais de pesquisa agropecuária

Marco Referencial EMBRAPA (2006) – Macro programa 06

SOCIOLOGIA DA AÇÃO PÚBLICA

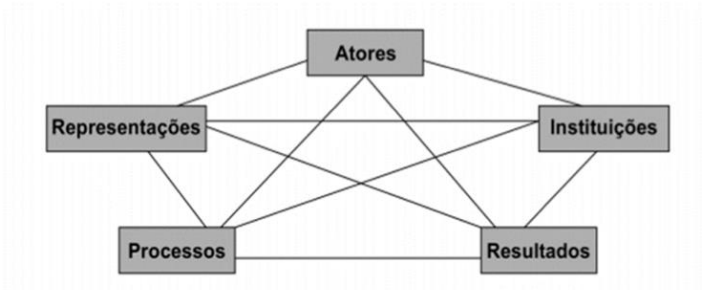
- A ação pública é apresentado concretamente como o conjunto de efeitos, não necessariamente previsível e consistente, que resultam de interações entre as instituições interdependentes, entre os oficiais que vivem essas instituições e uma multiplicidade de atores sociais interessados em falar " decisões políticas, "entre esses atores e os governos (Lagroye, Bastien, et al. 2006)
- A ação pública é um espaço sociopolítico construído tanto quanto por técnicas e instrumentos, como por finalidades, conteúdos e projetos de atores. (12)
- 5 elementos da ação pública Lascoumes e Le Gales, 2007

- As interrelações entre as 5 variáveis são menos simétricas que na figura do pentágono

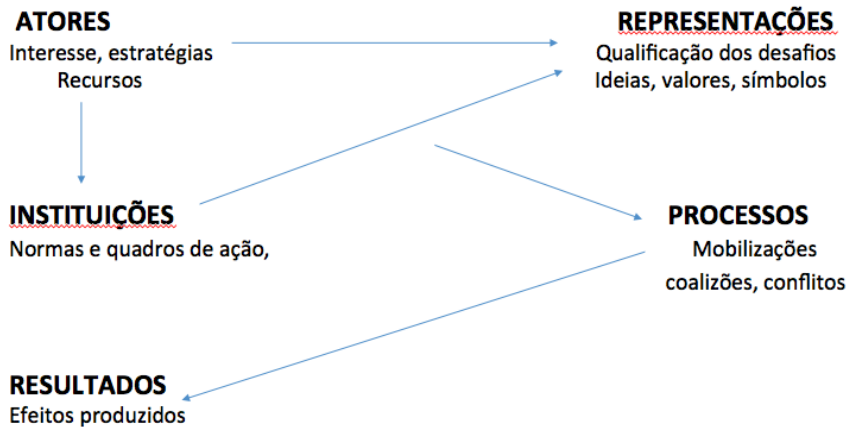
ATORES e REPRESENTAÇÕES

5 elementos da ação pública

Lascombes e Le Gales, 2007



As interrelações entre as 5 variáveis são menos simétricas que na figura do pentágono



As 5 variáveis de base da análise da ação pública e as suas combinações

18

INSTITUIÇÕES
Normas e quadros de ação

PROCESSOS
Mobilizações
coalizões, conflitos

RESULTADOS

Efeitos produzidos

Debates

1. Avanços e efeitos “alavanca” das dinâmicas locais de construção e implementação da PEAPO? Quem está atrás da proposta ou contra? Que concepções da Agroecologia ou/e da Produção Orgânica estão em jogo?
2. Como a PEAPO se articula com a PNAP ou outras políticas (estaduais, federais, municipais)? É alternativa desmonte das políticas federais?
3. Principais inovações e problemas/obstáculos na implementação?

Debates

Bloco I: Atores

Quais são os atores envolvidos? Interesses materiais ou simbólicos? Estratégias e escolhas dos atores? Papel da CPORG

Bloco II: Representações

Principais problemas públicos em jogo? Valores e ideias? Concepções agroecologia

Bloco III: Instituições

Contexto histórico e institucional? Dependência de caminho? Nível de institucionalização

Bloco IV: Processos

Coalizões e mobilizações? Tensões e conflitos? Espaços de debate

Bloco V: Resultados

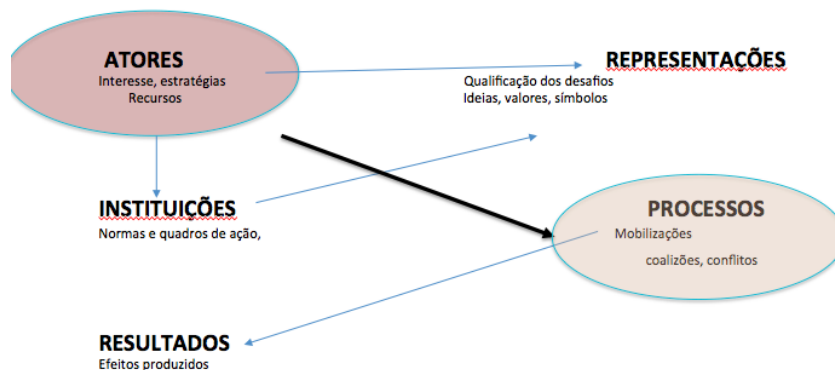
Instrumentos jurídicos, econômicos, fiscais...? Implementação (decretos?) e efeitos? Governança e instrumentos da PEAPO, inovações, interação com outras políticas

ATORES

Interesse, estratégias
Recursos

REPRESENTAÇÕES

Qualificação dos desafios
Ideias, valores, símbolos



INSTITUIÇÕES

Normas e quadros de ação

PROCESSOS

Mobilizações

RESULTADOS

Efeitos produzidos

- Atores na Concepção e Implementação
- Atores na Concepção
- Atores na Concepção
- Atores na Concepção
- Atores na Concepção
- Atores na Implementação



As

Ausências

coalizões

- Complexidade do tema
 - A coalizão “de causas” é definida como um conjunto composto de atores de várias organizações governamentais e privadas, que, ao mesmo tempo: (a) compartilham um conjunto de crenças normativas e causais; e (b) participam, em um grau não desprezível, a uma atividade coordenada ao longo do tempo (Bergeron *et al.*, 1998).
 - O compartilhamento de crenças específicas determinam ao mesmo tempo os limites da coalizão, mas também os acordos e a coordenação sustentável de suas ações no âmbito das políticas públicas.
 - A política pública é o resultado do confronto das coalizões, cada uma buscando traduzir suas preferências e realizar os princípios de ação inerentes ao seu próprio sistema de crenças, inclusive nas normas legais e na atribuição de encargos e recursos
 - Posição dos intermediários
 - Elementos transversais
 - Não há coalizões ou movimentos abertamente contrários à institucionalização da PEAPO, exceto no Paraná, sobretudo na atual conjuntura política
 - As avaliações parecem convergir no sentido de que a PEAPO não colocava em questão, pelo menos de uma forma aberta, temas mais delicados, relacionados aos grandes interesses do agronegócio e da mineração.
 - As vezes, não é tão fácil falar em coalizão
- como no caso do Minas Gerais por exemplo a PEAPO é uma das iniciativas desenvolvidas em um contexto em que atores ligados à agroecologia e à SAN atuaram como

gestores públicos em diferentes órgãos do estado. Não é tão fácil identificar claramente os limites existentes entre a coalizão que sustentou as políticas voltadas à agricultura familiar

As vezes se trata de acordos “moles”

- Existem mudanças com o governo atual (rupturas):

MG : Retomada de controle do Estado,

PR: extinção do CPRA (Centro de Agroecologia) e fusões de Emater-Iapar-CPRA-Codapar, criando nova Agência de Desenvolvimento Rural sem garantia de priorização da agroecologia

RS: esgotamento da participação da sociedade civil e relativo esvaziamento do Comitê Gestor do PLEAPO

MAS talvez contexto mais favorável no PA

- Papeis dos mediadores não muito esclarecidos
- Uma tipologia das situações
- Casos a priori extremos (entre por exemplo RS e PA) e situações intermediárias
- 3 situações encontradas:

Coalizão ampla entre organizações da AF e gestores públicos. **RS, PR e MG, SE, BA**

Coalizão ampla entre AF e gestores públicos, mas com grupos de interesses ligados a AF diferenciados. **DF, MA**

Coalizões mais diferenciadas entre agroecologia tipo ecologização do agronegócio e da AE mais política dos movimentos sociais mas sem oposição **PA, AM**

- 1. Coalizão larga entre organizações da AF e gestores públicos : **RS, MG, PR, SE e BA**
- Os gestores em questão possuíam uma longa trajetória de envolvimento com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligados à agricultura familiar

RS: uma coalizão entre organizações da AF (agricultura familiar) e agroecologia dos gestores públicos alinhados as mesmas (mudança com o novo governo), está evoluindo muito

SE: grande coalizão com movimentos da RESEA, economia solidária, outros movimentos sociais

MG: atuação de uma rede envolvendo gestores públicos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

BA: 2 grupos de interesses: SC e arranjo legislativo (deputados estaduais e federais do PT)

- Foi o grupo mais atingido pelas mudanças políticas em 2018 (RS, MG, PR)
- O caso específico do Nordeste com todas as outras políticas existindo neste sentido
- 2. Coalizão grande, mas com grupos de interesses ligados a AF diferenciadas: **DF, MA**
- No DF

Uma coalizão: com os mesmos atores históricos e pioneiros para PO et AE, uma aliança objetiva incluindo o setor empresarial da PO

Com 3 grupos de interesses próprios (PO, AE, Serviços públicos)

- PO: ações para certificação e para comercialização junto com serviços públicos
- AE: privilegiou capacitação para assentamentos, NEAS e seminários, criou a ABRAA que PDAPO
- Tensão sobre as modalidades sobre a comercialização (mercado orgânico do CEASA vs gestão conhecimentos e PDAPO)
- Maranhão,

Tensão entre 2 grupos de interesses:

- GI agroecologia “técnica” (conceito flexível da AE) mais produtos da AF contando produtos não orgânicos
- GI agroecologia política (ONGs da RAMA) conceito da AE orgânica mesma
- 3. Coalizões diferenciadas entre agroecologia tipo ecologização do agronegócio e da AE mais política dos movimentos sociais. **PA, AM**
- Sem oposição

AM: com articulação estadual dos movimentos sociais (REMA) na agroecologia

PA: sem articulação estadual dos movimentos sociais, o que fragiliza ainda mais a construção da política.

- **Três tipos de tensões**

- Tensões dentro do segmento da AF

DF: Tensão sobre as modalidades sobre a comercialização (mercado orgânico do CEASA vs gestão conhecimentos e PDAPO)

Maranhão, tensão entre 2 grupos de interesses ligados a AF sobre o conceito da AE (orgânico vs AF)

- Tensões entre o governo (aliança com agronegócio) e a SC:

O caso dos estados PA, AM, BA, MG

- RS: tensionamento de ordem conceitual, orçamentários e com relação a amplitude de plano
- SE, RJ: mais dúvidas que tensões
- **Principais espaços de debates e arenas**
- Em quase todos os estados, existem espaços de debates ligados aos movimentos sociais e ao governo:

SC: rede agroecologia (MA, DF, BA, AM, PA), NEAS (AM, DF)

Governo: conselho estadual (MA, PA), arranjo legislativo e executivo (BA), CPORG (PA, AM).

Instância híbrida: Comitê gestor do PLEAPO (RS, AM), GT (MA), seminários (DF, PA), câmara (DF), Cedraf (MG).

Ideias e Concepções de Agroecologia

As definições de agroecologia incorporadas pela maioria das Políticas Estaduais reproduzem aquela da PNAPO. Se percebe, no entanto, ajustes no sentido de destacar segmentos e práticas sociais específicos à realidade de cada estado.

No que tange à institucionalização da definição, nota-se a opção por um conceito abrangente, no qual predomina a ideia de agroecologia como ciência ou campo do conhecimento. As redações expressam, por um lado, a diversidade de atores da agroecologia e, por outro, a centralidade daqueles atores oriundos do mundo acadêmico na interrelação com o Estado

A amplitude das definições sugere igualmente um processo de construção de entendimentos em que se buscou incorporar as demandas e particularidades de cada grupo social, evitando conflitos latentes.

Quais conflitos latentes?

Do ponto de vista da capacidade de orientação da ação pública, este tipo de definição ampla se mostra pouco operacionalizável e, por conta disso, os conflitos latentes emergem na definição das políticas e ações prioritárias. Estes conflitos

expressam basicamente o confronto entre uma perspectiva tecnoprodutiva associada à produção orgânica e uma perspectiva de agroecologia política – **DF, MA, PA**

Uma perspectiva segundo a qual as políticas devem abarcar práticas agroecológicas dos agricultores convencionais e/ou não certificados *versus* outra que sugere foco prioritário ou exclusivo nos agricultores ecologistas e/ou certificados – **RS, PR, SP**

Uma concepção que privilegia políticas e ações voltadas para a expansão da oferta de produtos certificados e dos mercados e outra que focaliza o fortalecimento da extensão rural para promoção de processos de formação e capacitação – **DF, MA**

Um foco nos circuitos de comercialização tradicionais do movimento agroecológico como as feiras livres e outro mais voltado ao acesso a mercados convencionais (supermercados e lojas de orgânicos) – **DF, MA, PA**

CONFLITOS

- Estes confrontos se expressam no tipo de ação considerado prioritário nos PLEAPOS, em que predominam:
- ATER – **DF, MA, BA, RS, PR**
- Financiamento – **DF, PR**
- Capacitação e gestão do Conhecimento – **DF, MA, MG, SE**
- Comercialização – **DF, MA, MG, BA, SE, PR**
- Governança de bens naturais, sementes, agrotóxicos – **MG, BA, RS**
- Tecnologias de base ecológica – **DF, BA, RS, SE, PR**

Em muitos estados estes confrontos são “suspensos” na medida em que as Políticas e os Planos tentam abarcar as diferentes demandas, mas, com frequência, encontrando dificuldades para conectar as ações já que elas não respondem exatamente ao mesmo referencial/concepção de agroecologia.

Em suma...

Com vistas a angariar apoio para o PEAPO tanto das organizações da agricultura familiar quanto dos atores governamentais, opta-se por uma compreensão “ampla” de agroecologia.

Enquanto as definições institucionalizadas permitem abarcar diferentes atores e concepções, elas são deficientes para orientar a ação pública do ponto de vista dos públicos prioritários e das ações que devem ser priorizadas.

Tensão entre foco nos agricultores agroecológicos ou na promoção de práticas “agroecológicas/sustentáveis” para todos os agricultores familiares (e, em alguns estados, “familiares empresariais”).

GOVERNANÇA

O que esta em jogo com essas questões de governança e instrumentos das PEAPOs?

- **Governança:** criação duma instituição para orientar, gerir e monitorar a implementação das PEAPOS.

Exemplo ao nível federal: Governança através a Ciapo e a Cnapo

- **Instrumentos:** elaboração dum plano de ação, incluindo a definição dos dispositivos (regulatórios, incentivo, fiscais, comunicacionais, voluntários...), para orientar o comportamento dos atores.

Exemplo ao nível federal: vários instrumentos incluídos nos PLANAPOS: base de dados de informações da produção orgânica (Cadastro Nacional da Produção Orgânica) ; linhas de crédito do Pronaf Agroecologia; etc.

Dispositivos para organizar concretamente as relações entre o Estado e seu público alvo.

Governança e instrumentos das PEAPOS

Escala federal: Governança através a Ciapo e a Cnapo

Nível estadual:

Governança e instrumentos das PEAPOS

Governança geralmente associada a quatro elementos de análise (Le Galès, 2014):

1. Perda do monopólio da ação do Estado nos processos de ação pública (**relações horizontais em vez de verticais entre o Estado e a sociedade**, relação se distancia da coerção)
2. Dimensão vaga e evolutiva das **fronteiras entre o setor público e privado** (o privado no interior do Estado / a intervenção do Estado nos assuntos privados)
3. A **dimensão processual** e não a substantiva da ação pública (a participação, deliberação, descentralização são as vezes mais relevantes que os conteúdos das políticas para a tomada de decisão) ;
4. A **complexidade (“polycentrismo”) institucional** caracterizada por uma multiplicidade de instituições, de espaços de decisões (comissão X, Y, Z,...)
 - Mudanças de governança das PEAPOS post-eleições

Vertical

Público

Autoritário

Centralizado

- Tipologia dos Instrumentos (principais ocorrências) (programados, em discussão ou implementados no período anterior às PEAPOS)
- Principais inovações discutidas
- Modalidades de financiamento/subsídio: municípios, órgãos da sociedade civil ou cooperação internacional (RS, DF, SE, SP e SP cidade), dispositivos de isenção fiscal e ou tributaria (MG e SE)
- Compras públicas estaduais e ou municipais;
- CSA (Comunidades que sustentam a AE) nas grandes cidades;
- Compras e distribuição ou troca de sementes
- Peculiaridades regionais (tendências)
- *Amazônia:* tensão ou complementariedade com agronegócio verde (AM, PA, MA); territórios livres de transgênicos
- *Semiárido:* Articulação colegiados territoriais e ASA, lei de sementes, recuperação das áreas degradadas caatinga (BA, MG, SE)
- *Cerrado:* valorização dos produtos da sociobiodiversidade e direito dos povos tradicionais
- *Estados do Sul:* Articulações ligadas a certificação participativa, Ecovida

- *São Paulo e BH: Agricultura urbana e PSA*

Valorização dos resultados

- Publicações
Artigos e livro
- Participações em eventos (Sober NE, CBA, Encontro RETE em JP)
- Seminário encerramento pesquisa

CONCLUSÃO

Começamos a observar que tinha muitos lugares com políticas de agroecologia.

A pesquisa começou a mobilizar os parceiros nos estados do Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, Amazonas, Minas Gerais, Paraná e a cidade de São Paulo.

Desafios:

Linha do tempo sobre agroecologia no Brasil e querem construir uma linha nos estados Rede PTA, ONGs e universidades

Há uma coalisão forte ligada a agroecologia que faz enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio

Fizemos um exercício de mapear o que esta acontecendo. Os apoiadores da pesquisa tem vivência no campo mesmo estando no espaço acadêmico também.

Desafios são imensos. As pesquisas são feitas igual como se faz agroecologia. Difícil de se manter. Ela tem acontecido com apoio de parceiros .

Percebemos que abertamente ninguém se posiciona contrário às políticas de agroecologia. Na prática, internamente, pode ser outra coisa. As pessoas evitam as questões mais áridas para ter jogo de conversa.

Mudanças nos governo atuais e ecologização do agronegócio são aspectos de destaque.

Em quase todos os estados existem redes de agroecologia.

Há uma ausência de um olhar mais holístico nas políticas. Alguns grupos tem olhar mais cirúrgico e outros mais gerais.

DEBATE

Carlos Eduardo: Tem um processo que os pesquisadores estão olhando do processo social de construção da política. Estamos fazendo o plano de convivência com o semiárido mas qual as interfaces entre as políticas?

Alberto – Slowfood | UFRB: Quantos anos de pesquisa ainda vai ter porque é um universo muito complexo. Como estão construindo uma agenda para que essa pesquisa não seja de benefício apenas da academia, mas também para a sociedade?

Mário Ávila: Não se faz mais pesquisa sem ação. A gente assume fazer pesquisa, mas dessa forma, aqui dialogando, construindo junto. Esse debate não é favorável para as agências de pesquisa nesse momento. Tem que começar a discutir com a área médica. Aqui tem agrônomos, mas não tem ninguém da área médica.

Carlos Eduardo: Estamos construindo o 2º plano de segurança alimentar do estado. Tanto a agroecologia como a SAN tem essa característica de ser transversal. O Consea está em processo de revisão do 1º plano para fazer o 2º. Importante analisar os orçamentos. O financeiro de ATER] sai do Fundo de Combate à Pobreza mas não tem uma rubrica no governo destinado a isso, então, estamos sempre disputando com as demais áreas. Estava problematizando com Stefani, pesquisador da parte de governança, e continuo achando que não pode olhar uma política só olhando para ela. É preciso olhar a partir do *locus* de onde ela está. Aqui a gestão da política está na Casa Civil. Onde está a política na estrutura de governo é estratégia para sua continuidade.

Alexandre: Onde é o *locus* nos governos nos estados? O grau de importância dentro da estrutura do estado depende desse lugar.

Mário: Já incluímos a questão do *locus*, já está na matriz. Desde setembro do ano passado viemos nos debruçando sobre isso, mas boa parte do campo foi entre dezembro e janeiro. A cada ano vamos mudando o tema. Ano passado foi sobre a internacionalização da políticas brasileiras. A gente vinha pensando em olhar para as políticas e inovações de ATER, mas iniciamos esse primeiro.

GRUPOS DE TRABALHO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA NOS ESTADOS DO NORDESTE

Grupo 1



Oportunidades / Necessidades / Desafios

1. Estados da federação ter políticas de agroecologia com inspiração no decreto e política federal
2. Sinergia maior com governadores do nordeste/consórcio, construindo aproximações e possibilidades
3. Estruturar uma matriz de instituições, ações, atores, legislação no nordeste para que possamos nos visualizar
4. Construir intercâmbio de diálogos entre sociedade civil e governo para fortalecer políticas estaduais de agroecologia
5. Sistematizar e publicizar as experiências no campo da agroecologia, nos seus processos e mudanças de paradigma
6. Necessidade de estar mais próximo dos consumidores, fazendo debate sobre alimentos de verdade
7. Necessidade de dar visibilidade as ações e seus resultados com os programas e políticas públicas
8. Ampliar processo de comunicação nesse campo
9. Necessidade de voltar a fazer de formação de base
10. Pensar numa política que não só pense na produção, mas em outros aspectos da vida
11. Necessidade de agroecologizar o conjunto das políticas do e para o campo e a cidade
12. Articular ensino, pesquisa e extensão nos territórios
13. Criar fundo de financiamento de ações agroecológicas (fundo alternativo)
14. Nivelamento teórico sobre agroecologia
15. Articulação de instituições públicas, ONGs, universidades e organizações locais das famílias.
16. Fortalecer câmaras técnicas de Agroecologia e educação ambiental nos estados
17. Inserir prioridades e recursos via o PPA dos estados
18. Fortalecer espaços coletivos de planejamento e implementação de políticas públicas
19. Fortalecer educação do campo, através das escolas famílias agrícolas
20. Priorizar o diálogo com o fórum de secretários do Nordeste

Grupo 2



Desafios:

1. Territorialização das políticas

2. Articulação das entidades para potencializar as políticas estaduais de agroecologia, assim como os programas e projetos
3. Potencializar os diálogos com órgãos governamentais para fortalecer a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos estados de forma que apoiem as ações agroecológicas, mesmo que as políticas de agroecologia ainda não tenham sido implementadas
4. Conjugação ações existentes que gerem resultados, a exemplo do PAA, PNAE, Proinf, Fomento e Pesquisas
5. Invisibilidade da produção da agricultura familiar, devido a metodologia do IBGE
6. Enfrentar a disseminação de agrotóxicos
7. Fortalecer o trabalho de base, alinhando as estratégias de resistência com o público
8. Favorecer as isenções e criar fundos ambientais para apoiar a agroecologia
9. Acessar consórcio dos governadores enquanto espaço de diálogo
10. Fórum dos secretários como interlocução para o consórcio de governadores

Potencialidades:

1. Programas e projetos estaduais
2. Criação de banco de dados da produção orgânica em base agroecológica (observatórios)
3. Criação do PAA estadual
4. Construção dos PPAs dos estados
5. Investir na educação em agroecologia nas escolas de formação técnicas nos estados com apoio dos Núcleos de Agroecologia, Embrapas e Escolas FamíliasMAGricolas
6. Potencializar ações de capilaridade e fomento na perspectiva de segurança alimentar, principalmente, nas cidades. ATER e PAA mais importantes do que nunca
7. Diálogos com órgãos de saúde, como Fiocruz. Projetos: territórios saudáveis
8. articulação e aproximações com outros setores, da saúde por exemplo.

ENCERRAMENTO



Fabiana | Programa Semear Internacional

A gente se sente muito realizado ao final do dia de hoje. Foram muitas proposições e temos muito trabalho daqui para frente para apresentar para aos gestores. Em nome do Semear Internacional, FIDA e IICA nos colocamos à disposição para continuar esse diálogo e continuar contribuindo com a temática da agroecologia e fortalecimento da agroecologia.

Glória | Rede ATER NE

Estamos satisfeitos e a Rede Ater é fundamental para que a gente continue construindo agroecologia no Nordeste brasileiro. Queremos afirmar a importância de construir parcerias, diálogos e convergências. Agradecer a cada um, pessoal da universidade, gestores públicos, todas as instituições que aqui estiveram colaborando pensando e construindo políticas. Elencamos aqui desafios e oportunidades para dialogar na construção de políticas para os estados. Aqui tinha cinco ou seis estados do Nordeste e é importante para dialogarmos dentro e entre os estados. Não estamos isolados. E temos que construir também na perspectiva dos municípios, porque precisamos agir no local.

Carlos Eduardo | AABA

Nós do SASOP e entidades da AABA tivemos num momento difícil porque esse início de ano foi de incidência política, junto com fórum da agricultura familiar, ASA Bahia e AABA. A mobilização para esse seminário foi grande. Muita gente não pode vir mas a demanda para vir ao seminário foi grande. Temos novos desafios da incidência política agora num contexto regional. Em crise, temos de construir oportunidade. Temos que agir diante do momento e não impactar, paralisar. O encontro foi proativo, não ficamos lamentando, mas propondo.

